



045/2020 – Poc/Fdd

Cliente: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013



1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de maio de 2020.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S
CRC - RS 3.797
Pedro Osório Correa
Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Balanço Financeiro

2.3 – Balanço Orçamentário

2.4 – Variações Patrimoniais Quantitativas

2.5 – Notas Explicativas

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013****2.1 – Balanço Patrimonial**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012	PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO CIRCULANTE	7.372.010,80	5.173.201,24	PASSIVO CIRCULANTE	41.469,29	3.882,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.967.339,05	5.160.439,66	Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistenciais	438,49	0,00
Créditos a Curto Prazo	392.673,47	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	38.099,95	3.760,95
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.998,28	1.088,90	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Variações Patrim. Dim. Pagas Antecipad.	0,00	11.672,68	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	612.044,87	67.883,40	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.930,85	121,80
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.942.586,38	5.237.201,89
Imobilizado	584.514,87	67.883,40	Resultados Acumulados	7.942.586,38	5.237.201,89
Bens Móveis	654.436,74	51.529,27			
Bens Imóveis	0,00	21.918,07			
(-) Depreciação Acumulada	(69.921,87)	(5.563,94)			
Intangível	27.530,00	0,00			
TOTAL ATIVO	7.984.055,67	5.241.084,64	TOTAL PASSIVO	7.984.055,67	5.241.084,64

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013****2.2 – Balanço Financeiro**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITA	31/12/2013	31/12/2012	DESPESA	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.797.521,53	7.086.940,48	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	5.028.971,98	1.917.621,99
RECEITAS CORRENTES	6.797.521,53	7.086.940,48	DESPESAS CORRENTES	4.398.534,51	-
Receitas de contribuições	1.935.536,76	1.585.005,80	Pessoal	1.869.292,47	
Receitas de infrações	0,00	0,00	Material de Consumo	80.393,40	
Receitas de serviços	4.300.376,38	3.185.596,91	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	402.415,88	
Receitas financeiras	561.541,30	267.014,29	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.680.977,33	
Transferências correntes	0,00	2.048.361,24	Encargos Diversos	129.355,42	
Outras receitas correntes	67,09	962,24	Transferências correntes	236.100,01	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	630.437,47	73.447,34
			Investimentos	630.437,47	73.447,34
Recebimentos Extraorçamentários	6.756.862,96	3.246.714,53	Pagamentos Extraorçamentários	6.718.513,12	3.255.593,36
Saldo em espécie do Exercício Anterior	5.160.439,66		Saldo em espécie do Exercício Seguinte	6.967.339,05	5.160.439,66
TOTAL DAS RECEITAS	18.714.824,15	10.333.655,01	TOTAL DAS DESPESAS	18.714.824,15	10.333.655,01

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013****2.3 – Balanço Orçamentário**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.868.927,80	6.211.479,67	6.797.521,53	(586.041,86)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.328.424,93	1.979.941,31	1.935.536,76	44.404,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.328.424,93	1.979.941,31	1.935.536,76	44.404,55
Anuidades	2.328.424,93	1.979.941,31	1.935.536,76	44.404,55
RECEITAS DE SERVIÇOS	3.140.502,87	3.751.292,65	4.300.376,38	(549.083,73)
Emolumentos com expedição de certidões	0,00	0,00	10.091,79	(10.091,79)
Emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT	3.140.502,87	3.751.292,65	4.290.284,59	(538.991,94)
FINANCEIRAS	400.000,00	480.245,71	561.541,30	(81.295,59)
Juros de mora sobre multa de infrações	0,00	0,00	15.725,83	(15.725,83)
Atualização Monetária	400.000,00	480.245,71	545.815,47	(65.569,76)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	67,09	(67,09)
Receitas não identificadas	0,00	0,00	67,09	(67,09)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	5.237.201,89	0,00	5.237.201,89
Superávit do exercício corrente	0,00	5.237.201,89	0,00	5.237.201,89
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	5.868.927,80	6.211.479,67	6.797.521,53	(586.041,86)
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.868.927,80	11.448.681,56	6.797.521,53	4.651.160,03

Continua



Continuação

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	5.632.195,80	6.155.747,67	4.398.534,51	4.398.534,51	4.359.996,07	1.757.213,16
PESSOAL E ENCARGOS	2.037.777,77	2.335.777,77	1.772.437,57	1.772.437,57	1.771.999,08	563.340,20
Remuneração pessoal	1.555.555,56	1.675.555,56	1.273.548,02	1.273.548,02	1.273.548,02	402.007,54
Encargos patronais	482.222,21	482.222,21	372.967,46	372.967,46	372.528,97	109.254,75
Benefício a pessoal	0,00	178.000,00	125.922,09	125.922,09	125.922,09	52.077,91
DIÁRIA	169.125,00	69.125,00	55.283,20	55.283,20	55.283,20	13.841,80
Funcionários	169.125,00	69.125,00	55.283,20	55.283,20	55.283,20	13.841,80
MATERIAL DE CONSUMO	228.000,00	217.200,00	80.393,40	80.393,40	80.057,40	136.806,60
Material de consumo	228.000,00	217.200,00	80.393,40	80.393,40	80.057,40	136.806,60
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	866.280,56	676.280,56	443.987,58	443.987,58	443.247,18	232.292,98
Remuneração de serviços pessoais	51.555,56	29.555,56	0,00	0,00	0,00	29.555,56
Diárias	507.375,00	417.375,00	276.505,40	276.505,40	276.135,20	140.869,60
Despesas com locomoção	307.350,00	229.350,00	167.482,18	167.482,18	167.111,98	61.867,82
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	1.769.600,00	2.179.951,87	1.680.977,33	1.680.977,33	1.643.953,78	498.974,54
Serviços de consultoria	66.000,00	141.000,00	28.841,90	28.841,90	28.841,90	112.158,10
Serviços de comunicação e divulgação	156.000,00	128.000,00	85.342,52	85.342,52	85.342,52	42.657,48
Manutenção sistemas informatizados	24.000,00	39.000,00	37.468,00	37.468,00	37.468,00	1.532,00
Serviços prestados	1.193.600,00	1.581.951,87	1.361.829,05	1.361.829,05	1.324.805,50	220.122,82
Passagens	330.000,00	290.000,00	167.495,86	167.495,86	167.495,86	122.504,14
ENCARGOS DIVERSOS	190.000,00	245.000,00	129.355,42	129.355,42	129.355,42	115.644,58
Encargos diversos	190.000,00	245.000,00	129.355,42	129.355,42	129.355,42	115.644,58
TRANSFERENCIAS CORRENTES	371.412,47	432.412,47	236.100,01	236.100,01	236.100,01	196.312,46
Convênios, contratos e patrocínio	371.412,47	432.412,47	236.100,01	236.100,01	236.100,01	196.312,46
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL	236.732,00	5.292.933,89	630.437,47	630.437,47	630.437,47	4.662.496,42
INVESTIMENTOS	236.732,00	5.292.933,89	630.437,47	630.437,47	630.437,47	4.662.496,42
Obras, instalações e reformas	236.732,00	55.732,00	0,00	0,00	0,00	55.732,00
Equipamentos e materiais permanentes	0,00	1.588.201,89	602.907,47	602.907,47	602.907,47	985.294,42
Aquisição de imóvel	0,00	3.619.000,00	0,00	0,00	0,00	3.619.000,00
Intangível	0,00	30.000,00	27.530,00	27.530,00	27.530,00	2.470,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	5.868.927,80	11.448.681,56	5.028.971,98	5.028.971,98	4.990.433,54	6.419.709,58
SUPERÁVIT	0,00	0,00	1.768.549,55	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.868.927,80	11.448.681,56	6.797.521,53	5.028.971,98	4.990.433,54	4.651.160,03

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013****2.4 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.190.195,00	7.086.940,48	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	4.484.810,51	1.849.738,59
CONTRIBUIÇÕES	2.328.424,93	1.585.005,80	PESSOAL E ENCARGOS	1.772.437,57	744.365,05
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.328.424,93	1.585.005,80	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.646.515,48	577.320,61
Contribuições sociais	2.328.424,93	1.585.005,80	Remuneração a pessoal - RPPS	1.646.515,48	577.320,61
			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	167.044,44
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS	4.300.161,68	3.185.596,91	Encargos Patronais - RPPS	0,00	167.044,44
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.300.161,68	3.185.596,91	BENEFÍCIOS A PESSOAL	125.922,09	0,00
Valor bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	4.300.161,68	3.185.596,91	Benefícios a pessoal - RPPS	125.922,09	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	561.541,30	267.014,29	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.476.272,93	967.215,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	561.541,30	267.014,29	USO DE MATERIAL EM CONSUMO	80.721,40	8.586,18
Multas sobre anuidades	545.522,23	267.014,29	Consumo de Material	80.721,40	8.586,18
Juros e encargos de mora	16.019,07	0,00	SERVIÇOS	2.331.193,60	953.065,31
			Diárias	331.788,60	282.903,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	2.048.361,24	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	334.978,04	220.189,50
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	2.048.361,24	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.664.426,96	449.972,31
Transferências intragovernamentais	0,00	2.048.361,24	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	64.357,93	5.563,94
			Depreciação	64.357,93	5.563,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67,09	962,24	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	125.283,13
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	67,09	962,24	JUROS E ENCARGOS DE EMPR. E FINANCIAMENTOS	0,00	125.283,13
Receitas não identificadas	67,09	962,24	Outros juros e encargos de empréstimos e financiamentos	0,00	125.283,13
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	236.100,01	12.264,00
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	236.100,01	12.264,00
			Transferências intragovernamentais	236.100,01	12.264,00
			TRIBUTÁRIAS	0,00	598,77
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	598,77
			Impostos	0,00	598,77
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	12,21
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	12,21
			Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	0,00	12,21
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	7.190.195,00	7.086.940,48	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	4.484.810,51	1.849.738,59
RESULTADO PATRIMONIAL					
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.705.384,49	5.237.201,89
TOTAL	7.190.195,00	7.086.940,48	TOTAL	7.190.195,00	7.086.940,48

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR****CNPJ: 14.804.099/0001-99****Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013****2.5 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	31/12/2013	31/12/2012
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	6.797.521,53	7.086.940,48
Receitas de Contribuições	1.935.536,76	1.585.005,80
Anuidades	1.935.536,76	1.585.005,80
Receitas de Serviços	4.300.376,38	3.185.596,91
Emolumentos com Expedições de Certidões	10.091,79	0,00
Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT	4.290.284,59	3.185.596,91
Financeiras	561.541,30	267.014,29
Juros de Mora sobre Multas de Infrações	15.725,83	0,00
Atualização Monetária	545.815,47	267.014,29
Transferências Correntes	0,00	2.048.361,24
Outras Receitas Correntes	67,09	962,24
Receitas não Identificadas	67,09	962,24
Ingressos Extraorçamentários	6.756.862,96	3.246.714,53
DESEMBOLSOS		
Despesa Corrente	(4.398.534,51)	0,00
Pessoal	(1.869.292,47)	0,00
Material de Consumo	(80.393,40)	0,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	(402.415,88)	0,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(1.680.977,33)	0,00
Encargos Diversos	(129.355,42)	0,00
Transferências Correntes	(236.100,01)	0,00
Desembolsos Extraorçamentários	(6.718.513,12)	(3.255.593,36)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.437.336,86	7.078.061,65
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Despesas de Capital	(630.437,47)	(73.447,34)
Investimentos	(630.437,47)	(73.447,34)
Inversões Financeiras	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(630.437,47)	(73.447,34)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.806.899,39	7.004.614,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.160.439,66	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	6.967.339,05	7.004.314,31



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013

2.6 – Notas Explicativas as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. Contexto Operacional

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, criado e regulamentado pela Lei nº 12.378/2010, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/2010, tem como principais funções, orientar disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão da arquitetura e urbanismo além do registro dos profissionais. É uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público e de estrutura federativa, com autonomia administrativa e financeira, gestão de seus recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

O CAU/PR adotou desde seu início em 2012 os novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a buscar a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAs. A principal fonte de recursos do Conselho são os Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, seguida das anuidades dos profissionais e empresas de arquitetura e urbanismo. O CAU/PR tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado conforme a ata da reunião nº1, de 06 de dezembro de 2011. Além disso, goza de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços, nos termos do art. 150 da CF.

2. Diretrizes Contábeis

2.1 Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, e às disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis contendo informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foi utilizado o regime de competência para as receitas e despesas.

2.2 Práticas Contábeis

A) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Dos valores apontados no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” (R\$ 6.967.339,05), as aplicações financeiras de liquidez imediata representam quase a totalidade, correspondendo a 99,88% (R\$ 6.958.932,57) do total. As mesmas são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos rendimentos até a data do Balanço Patrimonial.

Os rendimentos auferidos foram contabilizados em contas de resultado. Os saldos registrados no final de cada exercício são os seguintes:

Contas	2013	2012
1.1.1.1.1.04.01.01 - Título de Capitalização OUROCAP	1.000.000,00	0,00
1.1.1.1.2.02.01 - Banco do Brasil C.A. 056.987-9 BB CP Admin Absoluto	562.306,61	168.894,35
1.1.1.1.2.02.02 - Banco do Brasil C.A. 7.014-9 BB CP Admin Absoluto	569,96	2.305,31
1.1.1.1.2.02.03 - Banco do Brasil APLIC. BB CDB DI	5.396.056,00	4.996.240,00
	6.958.932,57	5.167.439,66

As aplicações financeiras apresentaram um rendimento total em 2013 de R\$ 481.463,89.

B) Créditos de Curto Prazo

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

O valor contemplado na conta “créditos de curto prazo” (R\$ 392.673,47) é o resultado da diferença entre a previsão total de recebimentos de anuidades de PF e PJ feitas para o exercício de 2013 (R\$ 2.328.424,93) e o efetivo recebimento (R\$ 1.935.751,46).

C) Imobilizado

Os bens contemplados no Ativo Imobilizado são mensurados pelo valor original de aquisição na data do Balanço Patrimonial.

Devido a compra de um veículo para uso do CAU/PR, da mudança para a nova sede do CAU/PR e da criação de 4 regionais espalhadas pelo interior do Estado do Paraná, a conta de "bens móveis" apresentou um crescimento expressivo em relação ao ano anterior conforme demonstra o quadro abaixo.



Contas	2013	2012
1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	161.730,18	8.998,00
1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	193.963,43	8.280,27
1.2.3.1.1.03 - Instalações	93.126,47	0,00
1.2.3.1.1.04 - Utensílios de Copa e Cozinha	5.924,39	0,00
1.2.3.1.1.05 - Veículos	76.420,00	0,00
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Processamento de Dados	123.272,27	34.251,00
1.2.3.8.1.01.01 - (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(69.921,87)	(5.563,94)
	584.514,87	45.965,33

Em 2012 dispêndios com a obra da sede do Conselho haviam sido registrados como Despesa de Capital e conseqüente Imobilização. Entretanto, em razão do imóvel ser alugado (imóvel de terceiro), no exercício de 2013 houve o devido ajuste de exercício anterior, com a baixa da conta de imobilizado e o devido reconhecimento de Variação Patrimonial Diminutiva no valor de R\$ 21.918,07.

D) Depreciação

É definida como a perda inevitável do valor devido ao uso, desgaste e obsolescência. A depreciação de bens adquiridos e postos em operação teve início no exercício de 2012.

Foi utilizado o método de depreciação linear. As taxas de depreciação utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo.

Contas	Taxa ao ano
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	20%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20%
COMPUTADORES E PERIFERICOS	20%
IMPRESSORAS	20%
INSTALAÇÕES	10%
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	10%
VEICULOS	20%
SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20%

E) Intangível

Está representado por licenças para o uso de softwares no valor de R\$ 27.530,00.

F) Obrigações com pessoal e terceiros de curto prazo

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

O saldo da conta "Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo" no montante de R\$ 38.099,95 refere-se a despesas ocorridas em 2013, mas que deverão ser pagas durante o exercício de 2014.



G) Apuração do Resultado

Resultado Patrimonial

No Exercício de 2013 apurou-se um resultado patrimonial superavitário de R\$ 2.705.384,49 conforme evidenciado no demonstrativo de “Variações Patrimoniais”, chegando a um resultado acumulado de R\$ 7.942.586,38 conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

As Variações Patrimoniais Aumentativas são representadas pelas Receitas Correntes efetivamente Arrecadadas no Exercício (R\$ 6.797.521,53) e pelo reconhecimento de Anuidades não recebidas de Pessoas Jurídicas (R\$ 83.406,40) e de Pessoas Físicas (R\$ 309.267,07).

As Variações Patrimoniais Diminutivas são representadas pelas Despesas Correntes Liquidadas no exercício (R\$ 4.398.534,51), pela depreciação incorrida no exercício (R\$ 64.357,93) e pelos ajustes de exercícios anteriores (R\$ 21.918,07).

Resultado Orçamentário

No Exercício de 2013 apurou-se o seguinte resultado de execução orçamentária:

Receitas Arrecadadas	6.797.521,53
Despesas Realizadas	5.028.971,98
Superávit	1.768.549,55

Resultado Financeiro

No exercício de 2013 o CAU/PR obteve um Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 7.330.541,51, para os efeitos previstos na Lei 4.320/64, art. 43, § 1º. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ativo Circulante	7.372.010,80
Passivo Circulante	41.469,29
Superávit Financeiro	7.330.541,51

H) Passivos Contingentes

Em conformidade com o que determina a NBC TG 25, relatamos a existência de 4 processo que o Conselho figura como réu, sendo 1 no âmbito trabalhista que em 2014 haverá a audiência inaugural, e outros 3 no âmbito civil. Tais ações podem gerar possíveis perdas ao CAU/PR. Considerando o elevado grau de incerteza, pois em nenhum processo houve qualquer decisão, não foram constituídas provisões para contingências.

I) Ajuste de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Houve ajuste de exercícios anteriores (2012) no valor de R\$ 21.918,07, decorrente de gastos indevidamente lançadas como sendo Despesa de Capital, mas que deveriam ter sido registrados como Despesa Corrente. Em 2012 dispêndios com a obra da sede do Conselho haviam sido registrados como Despesa de Capital e consequente Imobilização. Entretanto, em



razão do imóvel ser alugado (imóvel de terceiro), no exercício de 2013 houve o devido ajuste de exercício anterior, com a baixa da conta de imobilizado e o devido reconhecimento de Variação Patrimonial Diminutiva no valor de R\$ 21.918,07.

De acordo com as demonstrações contábeis e notas explicativas, tendo em vista as justificativas apresentadas e de posse de todos os elementos possíveis para avaliar a movimentação patrimonial realizada no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, a Diretoria do Conselho Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná entende que o Balanço Patrimonial, Financeiro e demais Demonstrações Contábeis espelham com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.



3 – Comentários sobre exame nos registros contábeis e controles internos

Fomos contratados no exercício de 2019, para exame das demonstrações contábeis e controles internos dos exercícios de 2012 a 2019. Alguns procedimentos de auditoria ficam inviáveis em função da tempestividade do trabalho. Nossos comentários elaborados a seguir são baseados na documentação da época.

Este relatório contempla nossos comentários sobre as informações contábeis do exercício de 2013 e levaram em consideração aos saldos apresentados nas demonstrações contábeis do CAU/PR, exame de documentos físicos e controles internos que suportam os registros.

Os funcionários responsáveis na época pelas informações contábeis e controles internos não fazem mais parte do quadro de funcionários atual, motivo pelo qual alguns exames e procedimentos de auditoria ficaram fragilizados e limitados a buscas de informações na documentação contábil e site do CAU/PR.

Nos itens que seguem arrolamos aqueles comentários que julgamos oportuno em cada situação em específico, considerando a documentação, informações e controles que nos foram fornecidos.

3.1 – Bancos c/ movimento

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Banco do Brasil S/A c/c 7.014-9	-
Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9	8.358,20
Total	8.358,20

- **Banco do Brasil S/A c/c 7.014-9:** Examinamos a movimentação da conta, efetuando confronto com extratos bancários e documentação comprobatória constatando que a conta no exercício de 2013 movimentou pequena quantidade de valores e movimentos, não sendo encontradas irregularidades.

- **Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9:** Examinamos a movimentação da conta, efetuando confronto com extratos bancários e documentação comprobatória constatando que a conta é utilizada para recebimentos de anuidades e RRT, assim como pagamentos realizados.

Constatamos que os saldos bancários diários se encontravam zerados em extrato bancário, sendo efetuados resgates de valores de aplicação diariamente conforme a necessidade, porém contabilmente pela emissão de cheques e compensação posterior, contabilmente a conta foi observado divergências para os extratos bancários até a metade do mês, não sendo encontrada conciliação contábil.



Constatamos ainda que eram utilizados cheques para pagamentos diversos, inclusive a folha de pagamento dos funcionários. A partir da competência julho de 2013 se passou a ser efetuadas transferências ted/doc em maior quantidade.

3.2 – Disponibilidade imediata

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Caixa	48,28
Total	48,28

Saldo contábil apresentado se refere a lançamento único efetuado no dia 31/12/2013 referente a valor devolvido ao caixa de valor adiantado a funcionária para pagamento de despesas imediatas, contudo não localizamos a prestação de contas para análise.

3.3 – Títulos bancários

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Título de capitalização Ourocap	1.000.000,00
Total	1.000.000,00

No dia 20/06/2013 foi adquirido 200 títulos de capitalização Ourocap – Torcida, do Banco do Brasil, com valor nominal de R\$ 5.000,00 cada, com carência de 12 meses e vigência de 36 meses. Observamos que este tipo de capitalização se houver resgate antes do tempo de vigência haverá desconto do valor aplicado.

Solicitamos extrato de capitalização da época aos responsáveis, sendo informado que não possuem estes documentos da época.

3.4 – Bancos c/ vinculada a aplicações financeiras

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Banco do Brasil S/A - CA 056.987-9 BB CP Admin Absoluto	562.306,61
Banco do Brasil S/A - CA 7.014-9 BB CP Admin Absoluto	569,96
Banco do Brasil S/A - Aplic. BB CDI DI	5.396.056,00
Total	5.958.932,57

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando confronto com extratos bancários do período, verificando a contabilização de aplicações, rendimentos e resgates.

No exame dos saldos contábeis apresentados, não foram encontradas irregularidades.



3.5 – Créditos tributários a receber - Anuidades

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Pessoa Física	309.267,07
Pessoa Jurídica	83.406,40
Total	392.673,47

- **Pessoa Física:** Verificamos que em 02/01/2013 foi registrado valor de R\$ 2.034.008,78 em contra partida da Receita "Anuidade Pessoas Físicas". Verificamos valores recebidos por amostragem, no decorrer do exercício, conforme segue:

Data	Valor	Histórico
01/02/2013	301.451,29	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
01/03/2013	117.527,87	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
01/04/2013	24.542,16	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
02/04/2013	87.578,48	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
02/05/2013	41.285,94	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
03/06/2013	34.915,25	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
06/09/2013	286,61	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
Total	607.587,60	

Verificamos que os valores acima entraram na conta corrente descrita, os mesmos representam 29,87% do total registrada para recebimento. O saldo da conta em 31/12/13 representa valores não recebido pela entidade, os mesmos representam 15,20% do total a receber.

- **Pessoa Jurídica:** Verificamos que em 02/01/2013 foi registrado valor de R\$ 294.416,15 em contra partida da Receita "Anuidade Pessoas Jurídicas". Verificamos valores recebidos por amostragem, no decorrer do exercício, conforme segue:

Data	Valor	Histórico
01/02/2013	40.197,15	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
01/03/2013	12.454,41	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
02/05/2013	5.853,04	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
03/12/2013	2.805,60	Valor foi registrado na conta corrente nº 56.987-9
Total	61.310,20	

Verificamos que os valores acima entraram na conta corrente descrita, os mesmos representam 20,82% do total registrada para recebimento. O saldo da conta em 31/12/13 representa valores não recebido pela entidade, os mesmos representam 28,33% do total a receber.

Salientamos que os valores não possuem relatório sistêmico para validação dos saldos apresentados em ambas as contas. As informações sobre cobranças estão em planilhas eletrônicas, que são trabalhadas juntamente com o sistema SICCAU.



Os valores estão previstos na "Proposta orçamentária", conforme verificado e os inadimplentes estão sendo cobrados no exercício de 2020. Os valores de 2013 tiveram uma primeira cobrança no exercício de 2017, contudo em 2020 estão sendo gerados boletos para que seja possível executar os valores e inscrição em dívida ativa.

3.6 – Adiantamento a pessoal

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Adiantamento de salário para férias	10.604,67
Total	10.604,67

Constatamos que foram efetuados diversos pagamentos no dia 18/12/2013 referente a adiantamento de salários e férias aos funcionários do CAU/PR, sendo o saldo em conta a ser descontado em folha de pagamento do mês de janeiro de 2014.

3.7 – Tributos a recuperar / compensar

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente	1.088,90
Retenções pagas indevidamente	304,71
Total	1.393,61

- **IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente:** Saldo contábil apresentado se refere a valores contabilizados no primeiro semestre de 2012 em conta, referente a IR e IOF indevido em função da isenção tributária.

Os valores foram retidos em contas de aplicações, sendo o valor mais relevante em extrato bancário do mês de março de 2012 nos valores de R\$ 2.186,70 de IR e R\$ 5.024,65 de IOF, devolvidos parcialmente posteriormente, permanecendo o saldo contábil desde o mês de junho de 2012.

- **Retenções pagas indevidamente:** se referem a valores contabilizados no dia 28/03/2013 de R\$ 236,21 e R\$ 68,50 com histórico de DARF de recolhimento com alíquota errada.

3.8 – Responsável por suprimentos

Não foram encontradas planilhas de caixa no exercício.

3.9 – Prêmios de seguros a apropriar

No exercício de 2013, constatamos que foi efetuada a contabilização diretamente em conta de resultado e através de pagamentos mensais efetuados, o montante total de R\$ 5.946,47 de



aquisição de bens móveis do conselho, sede e regionais, exceto veículos. Observamos que a forma de contabilização foi indevida, não apropriando mensalmente a despesa pela vigência do seguro.

3.10 – Almoxarifado

Não existem valores contabilizados em estoques na contabilidade do CAU/PR no exercício.

3.11 – Imobilizado

Composição de saldo em 31/12/2013:

Bens Móveis	R\$
Móveis e Utensílios	161.730,18
Máquinas e Equipamentos	193.963,43
Instalações	93.126,47
Utensílios de Copa e Cozinha	5.924,39
Veículos	76.420,00
Computadores e Periféricos	118.964,27
Impressoras	4.308,00
	654.436,74
(-) Depreciação Acumulada	R\$
(-) Dep. Acumulada Bens Móveis	(69.921,87)
	(69.921,87)
Total Imobilizado	584.514,87

Confrontamos os saldos contábeis com o relatório do sistema de patrimônio, não encontramos divergências de valores.

Observamos que bens cadastrados no sistema de controle patrimonial que não são possíveis identificar por sua descrição, citando exemplos:

Cód.	Descrição	Aquisição	Valor
1140	Equipamentos diversos, instalações diversas	15/08/2013	17.171,70
1142	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	7.386,28
1143	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	29.041,47
1145	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	6.254,52
1170	Equipamentos diversos, instalações diversas	14/05/2013	14.394,35
1171	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	16.721,29
1181	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	36.840,40
1192	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	13.378,50

Estes bens relacionados se encontram na conta de máquinas e equipamentos.

No exercício de 2013 foram efetuadas diversas aquisições de imobilizado, citando como exemplo o montante total de R\$ 450.233,24 no grupo de bens móveis, destacando alguns valores a seguir:



Móveis e utensílios:

- Empenho 619, referente Nota Fiscal nº 2210 do favorecido V. A. ALVAREZ INFORMATICA - ME valor de R\$ 58.926,00, aquisição de móveis diversos, 28/06/2013.

Máquinas e equipamentos:

- Empenho 321, referente Nota Fiscal nº do favorecido IPCable Informática LTDA, valor R\$ 25.377,52, aquisição de equipamentos de rede diversos, 24/04/2013.

- Empenho 423, referente Nota Fiscal nº 1673 e 1675 do favorecido IPCable Informática LTDA, valor R\$ 26.840,40, aquisição de equipamentos de rede diversos, 14/05/2013.

Instalações:

- Empenho 618, referente Nota Fiscal nº 031 do favorecido G.A.Z Design Marketing e Serviços valor R\$ 20.160,00, aquisição de totens, 04/06/2013.

Veículos:

- Liquidação do Empenho 411, referente Nota Fiscal nº 316 do favorecido VEBRASIL CONCESSIONÁRIA EIRELI – EPP valor R\$ 76.420,00, aquisição de veículo, 24/09/2013.

Computadores e periféricos

- Liquidação do Empenho 610, referente Nota Fiscal nº 1725 do favorecido IPCable Informática LTDA valor R\$ 73.646,40, aquisição de 28 notebooks, 21/06/2013.

Licença de softwares

- Liquidação do Empenho 1641, referente Nota Fiscal nº 1726 do favorecido IPCable Informática LTDA valor R\$ 20.330,00, aquisição de softwares, 21/06/2013.

Em relatório patrimonial, destacamos bens que foram cadastrados de forma indevida, citando por exemplo conjunto de xícaras para café e chá e tigelas de 12 e 24 peças, incluídas de forma por total de peças, assim como tais utensílios não possuem características de bem imobilizados. Observamos ainda inclusão de valores em relatório patrimonial de “instalações” não possuindo descrição.

Observamos ainda quanto a numeração dos bens, observando intervalo de bens que não constam no relatório, citando como exemplo bem nº 107,108, 109, 112, 113, entre outros

- **Depreciações acumuladas:** O valor das depreciações do exercício de 2013 foi contabilizado de forma única e no montante total de R\$ 64.357,93 no dia 31/12/2013.

Salientamos que as depreciações devem ser contabilizadas mensalmente, calculadas de acordo com a data de aquisição de cada bem e suas taxas de depreciações fiscais, não sendo possível validar os valores contabilizados de depreciações.

Salientamos ainda que o relatório patrimonial apresentado, possui depreciação para o exercício de 2013 no valor de R\$ 475.602,33, sendo valor elevado de depreciação para o exercício, também não sendo possível validar os valores apresentados.



3.12 – Intangível

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Licenças de Softwares	27.530,00
Total	27.530,00

Se refere a aquisições ocorridas no exercício de 2013, destacando o valor de R\$ 20.330,00 referente a Liquidação do Empenho 1641, referente Nota Fiscal nº 1726 do favorecido IPCable Informática LTDA, aquisição de 38 software Pacote Office Home and Business.

3.13 – Pessoal a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado em 31/12/2013. Examinamos a folha de pagamento efetuando revisão dos valores líquidos de pagamentos efetuados com os valores de líquidos a pagar da folha de pagamento.

Constatamos que os valores referentes a folha de pagamento do mês de dezembro de 2013 foram pagos em 18 de dezembro de 2013.

3.14 – Benefícios previdenciários a pagar

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
INSS	317,52
FGTS	120,97
Total	438,49

- **INSS:** Constatamos que a movimentação da conta se refere a INSS parte empresa da folha de pagamento mensal e INSS sobre serviços prestados mensalmente ao CAU/PR.

O saldo apresentado em conta se refere a lançamento do valor de R\$ 317,52 efetuado no dia 31/12/2013 de INSS parte patronal da rescisão dos funcionários Antonio Carlos da Cruz e Pedro de Freitas Sampaio em julho de 2013.

Verificamos que o valor de INSS competência dezembro de 2013 foi devidamente pago no próprio mês de dezembro, no dia 18/12/2013.

Examinamos os pagamentos mensais de valores de INSS, observando que nos meses de março, abril e junho, não foram encontrados os protocolos de entrega.

Observamos quanto ao fato da classificação do CNAE 9412000 em declaração SEFIP estar sendo informada incorretamente a alíquota RAT, declarado de 1,0 quando o correto seria 3,00, com isso, há diferença no percentual do RAT ajustado, sendo o correto 3,00 e não 1,00 apurado



na época. Esta situação foi houve aviso de regularização de contribuições previdenciárias pela Receita Federal, cobrando os valores do período de 09/2013 a 13/2017, sendo possível a cobrança apenas pela Receita dos últimos cinco anos.

Foi observado ainda que faltam retificar as SEFIP de janeiro de 2018 a agosto de 2018, período em que as declarações eram entregues pelo antigo contador, o qual não disponibilizou a base de dados destas declarações.

- **FGTS:** Examinamos a conta e sua movimentação onde constatamos que se refere a FGTS sobre folha de pagamento mensal.

O saldo apresentado em conta se refere a lançamento do valor de R\$ 120,97 efetuado no dia 31/12/2013 de FGTS da rescisão dos funcionários Antonio Carlos da Cruz e Pedro de Freitas Sampaio em julho de 2013.

Constatamos que o valor de FGTS competência dezembro de 2013 foi devidamente pago no dia 18/12/2013.

- **PIS s/ Folha Pagamento:** Examinamos os cálculos mensais de PIS a recolher sobre folha de pagamento, onde revisamos os valores de base de cálculos utilizados para o pagamento, onde constatamos a correta utilização da base de cálculo de INSS parte empresa aplicando o percentual de 1%.

Constatamos que o valor de PIS competência dezembro de 2013 foi devidamente pago no dia 18/12/2013.

3.15 – Fornecedores e contas a pagar

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Fornecedores diversos	12.812,10
COPEL	575,60
SANEPAR	532,13
Claro S.A	2.716,86
Oi S.A	2.121,70
Embratel	34,62
RW Administração de Mão de Obra	18.645,00
Global Village Telecom S.A	661,94
Total	38.099,95

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando revisão da movimentação e confronto com documentos comprobatórios, sendo observado que se referem a despesas empenhadas no mês de dezembro de 2013.



Observamos que ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro, devem ser constituídas em restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro. No balancete apresentado, estas despesas constam em fornecedores.

3.16 – Consignações

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
INSS	2.171,91
Contribuição sindical - anual	758,94
Total	2.930,85

- **INSS:** No exame do saldo contábil apresentado e movimentação da conta, constatamos a seguinte composição de saldo:

Data	Histórico	R\$
09/08/2013	13º salário proporcional referente a rescisão Antonio Carlos Cruz	60,48
09/08/2013	13º salário proporcional referente a rescisão Pedro de Freitas Sampaio	60,48
10/12/2013	Nota Fiscal 104 ref. a Valor empenhado a RW Administração de Mão de Obra LTDA - ME	2.050,95
	Saldo da conta	2.171,91

Se referem a valores de INSS da folha de pagamento de funcionários retenções sobre notas fiscais de prestadores de serviços, que conforme comentado em conta de INSS patronal, revisamos os valores declarados mensalmente com os valores pagos, constatando que o valor a recolher da competência dezembro de 2013, foi recolhido no próprio mês.

Observamos quanto aos valores em aberto referente a INSS das rescisões de Antonio Carlos Cruz e Pedro de Freitas Sampaio que constam em aberto desde a competência agosto de 2013 (em atraso).

Constatamos ainda que os recolhimentos de INSS referente a notas fiscais de prestadores de serviços foram efetuados recolhimentos em GPS em nome do CAU PR e seu CNPJ, procedimento este incorreto, quando o correto é informar a denominação social e o CNPJ da empresa contratada.

- **IRRF:** Se refere a contabilização de valores retidos em folhas de pagamentos mensais dos funcionários e notas fiscais de prestadores de serviços no decorrer do exercício.

Revisamos os valores contabilizados com as folhas de pagamento, através de amostragem, não sendo encontradas divergências. Salientamos que não foi possível efetuar confronto com declaração dos valores, não sendo encontradas/apresentadas declarações do exercício de 2012.



- **ISS:** Não houve contabilização de valores de ISS no exercício.

- **IRRF/COFINS/CSLL/PIS a Recolher:** Se referem a retenções federais de órgão público (9,45%) a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras. As retenções foram devidamente pagas, estando o saldo contábil zerado no encerramento do exercício.

- **Contribuição sindical anual:** Constatamos a seguinte composição de saldo:

Data	Histórico	R\$
29/06/2012	Contribuição sindical folha junho de 2012	121,80
30/09/2013	Contribuição sindical folha setembro de 2013	264,25
27/11/2013	Contribuição sindical folha novembro de 2013	372,89
Saldo da conta		758,94

Quanto ao valor remanescente do exercício de 2012 no valor de R\$ 121,80 se referente a contribuição sindical em folha de pagamento do mês de junho de 2012 funcionária Camila Ribeiro de Almeida.

Salientamos ainda quanto aos valores das competências setembro e novembro de 2013 que estavam pendentes de pagamento no encerramento do exercício.

3.17 – Provisões

Observamos que não foram contabilizados valores de provisões de férias e encargos no exercício de 2013.

3.18 – Patrimônio

Composição de saldo em 31/12/2013:

Contas	R\$
Resultado Acumulados	5.237.201,89
Total	5.237.201,89

Saldo apresentado em conta se refere ao resultado acumulado apurado ao final do exercício de 2013, assim composto:

Superávit exercício 2012	5.237.201,89
Superávit exercício 2013	2.705.384,49
Resultado Acumulado	7.942.586,38

Não foram encontradas irregularidades.



3.19 – Receitas

Composição de saldo em 31/12/2013:

Receita Orçamentária	R\$
Contribuições	2.328.424,93
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	4.300.161,68
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	561.541,30
Outras variações patrimoniais aumentativas	67,09
Total Receitas	7.190.195,00

Examinamos as movimentações das contas de receitas, efetuando confronto com relatório financeiro de receitas.

Receitas com serviços se encontram contabilizadas receitas com emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT no exercício, a qual se refere a receita mais relevante do exercício no montante de R\$ 4.290.069,89.

3.20 – Despesas

Composição de saldo em 31/12/2013:

Variação Patrimonial Diminutiva	R\$
Pessoal e Encargos Sociais	(1.772.437,57)
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(2.476.272,93)
Transferências Concedidas	(236.100,01)
Total Receitas	(4.484.810,51)

Examinamos as movimentações contábeis, efetuando confronto com documentação comprobatórias, empenhos e extratos bancários do período.

As despesas mais relevantes se referem a:

Salários	(1.098.626,81)
Reforma em bens imóveis de terceiros	(426.484,58)
Locação de bens imóveis	(372.914,14)
Diárias - Conselheiros	(234.933,70)
Total	(2.132.959,23)

Conforme comentado em relatório anterior, exercício de 2012, no exame da documentação constatamos novamente a falta de notas de despesas, empenho e liquidações.

Verificamos ainda pagamento no valor de R\$ 15.000,00 a Corrêa e Laranjeira Advogados Associados referente a primeira parcela de honorários para promover a defesa dos interesses do CAU PR na ação ordinária nº 5013169-15.2013.404.7000 em tramite perante a 7ª Vara Federal da Circunscrição de Curitiba – PR, em que é o autor o Conselho de Arquitetura e



Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Salientamos que contabilmente no exercício de 2013 não possui nenhum valor contabilizado ou provisão de valores referente a esta causa ou relacionada.

4 – Declarações Legais e Obrigatórias

Examinamos as declarações do exercício, constatando as seguintes situações:

- **SEFIP mensais:** Localizamos nas pastas de documentos contábeis, SEFIP mensais entregues, porém observamos que não foram encontrados protocolos de entrega das competências março, abril e julho de 2013.

Salientamos ainda quanto classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

- **DCTF mensais:** Não foram localizadas/apresentadas. Foi informado que a obrigatoriedade de entrega ocorreu a partir do exercício de 2016, conforme IN 1599 RFB.

- **CAGED mensais:** Não foram localizadas/apresentadas

- **RAIS exercício 2013:** Não foram localizadas/apresentadas

- **DIRF exercício 2013:** foi entregue em 26/02/2014, contendo beneficiários pessoa física 43 e pessoa jurídica 39.

5 – Orçado X Realizado

Examinamos os valores orçados para o exercício de 2013, constatando a seguinte dotação inicial:

Em consulta ao site, não foi encontrada nenhuma Deliberação do CAU/PR sobre proposta orçamentária exercício 2013.

Na verificação do balanço orçamentário, constatamos os seguintes valores:

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas	5.868.927,80	11.448.681,56	6.797.454,44	4.651.227,12
Receitas de contribuições	2.328.424,93	1.979.941,31	1.935.536,76	44.404,55
Receitas de serviços	3.140.502,87	3.751.292,65	4.300.376,38	(549.083,73)
Financeiras	400.000,00	480.245,71	561.541,30	(81.295,59)
Receita de capital	0,00	5.237.201,89	0,00	5.237.201,89

Nas receitas de capital com previsão atualizada, o valor se refere ao superávit do orçamento.



	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Dotação
Despesas	5.868.927,80	11.448.681,56	5.028.971,98	5.028.971,98	4.990.433,54	6.419.709,58
Despesa Corrente	5.632.195,80	6.155.747,67	4.398.534,51	4.398.534,51	4.359.996,07	1.757.213,16
Pessoal	2.206.902,77	2.404.902,77	1.827.720,77	1.827.720,77	1.827.282,28	577.182,00
Material de Consumo	228.000,00	217.200,00	80.393,40	80.393,40	80.057,40	136.806,60
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	866.280,56	676.280,56	443.987,58	443.987,58	443.247,18	232.292,98
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.769.600,00	2.179.951,87	1.680.977,33	1.680.977,33	1.643.953,78	498.974,54
Encargos Diversos	190.000,00	245.000,00	129.355,42	129.355,42	129.355,42	115.644,58
Transferências Correntes	371.412,47	432.412,47	236.100,01	236.100,01	236.100,01	196.312,46
Crédito Disponível Despesa de Capital	236.732,00	5.292.933,89	630.437,47	630.437,47	630.437,47	4.662.496,42
Obras, Instalações e Reformas	236.732,00	55.732,00	0,00	0,00	0,00	55.732,00
Equipamentos e Materiais Permanentes	0,00	1.588.201,89	602.907,47	602.907,47	602.907,47	985.294,42
Aquisição de Imóvel	0,00	3.619.000,00	0,00	0,00	0,00	3.619.000,00
Intangível	0,00	30.000,00	27.530,00	27.530,00	27.530,00	2.470,00

Nas despesas, podemos observamos que a dotação atualizada praticamente dobrou de valor se compara dom a inicial, destacando para os valores na dotação atualizada em contas de equipamentos e materiais permanentes no valor de R\$ 1.588.201,89 e aquisição de imóvel no valor de R\$ 3.619.000,00, sendo que em imóvel, não houve despesas empenhadas, ficando valor elevado em saldo de dotação.

6 – Licitações, contratos e convênios

Examinamos as aquisições de materiais e serviços ocorridas pela CAU PR no exercício de 2013 nas modalidades de licitações e dispensa de licitações através de amostragem, avaliando os procedimentos e controles internos em cada processo de acordo com a Lei nº 8.666/93.

No exercício, observamos diversas compras com valores relevantes, de equipamentos, móveis e reformas no imóvel locado para a sede.

Foram examinados os seguintes processos licitatórios:

- Ergosys Com. De Móveis Ltda, valor R\$ 25.287,88, carta convite
- Mello Soares e Cia Ltda, valor R\$ 49.762,00, carta convite
- IPCable Informática Ltda, valor R\$ 20.330,00, carta convite
- IPCable Informática Ltda, valor R\$ 73.646,40, carta convite
- RW Adm. De Mão d Obra Ltda, valor mensal, pregão eletrônico
- Exclusiva Com. De Móveis Ltda, valor R\$ 14.000,00, carta convite
- Campograff Ltda, valor R\$ 61.500,00, carta convite
- Roma Engenharia Ltda, valor R\$ 45.000,00, carta convite
- Instituto de Arquitetos do Brasil IAB, valor R\$ 39.904,80, convênio;
- Instituto de Arquitetos do Brasil IAB, valor R\$ 93.111,20, convênio;

Nos exames realizados, observamos em diversos casos as seguintes situações:

- Não possuem numeração e assinaturas;
- Não possuem parecer jurídico;
- Não possuem qualificação econômico-financeira;
- Não possuem processamento e julgamento da licitação.
- Alguns casos não possuem publicação;

Observamos ainda que a empresa CTBA Serviços e Manutenção Ltda referente a serviços de vigilância 24 horas foi efetuada contratação direta, assim como algumas aquisições efetuadas através da empresa IPCable Network Solutions, através de parecer jurídico com a justificativa para a dispensa de processo licitatório com base no art. 24 da Lei 8.666/93.

7 – Departamento de pessoal

Examinamos e revisamos as informações referente as folhas de pagamento do exercício, assim como exame de documentação de funcionários e controles internos, referente ao exercício.

Com o início das atividades do CAU/PR em 2011/2012, os funcionários eram nomeados através de portarias, assim ocorreu no exercício de 2013. Foram examinadas as portarias que constavam no portal da entidade, porém conforme conversado com os responsáveis, foi disponibilizado trabalho realizado por comissão interna do CAU/PR onde menciona possíveis irregularidades entre portarias que constam no portal e portarias arquivadas no cofre. Algumas destas divergências podem afetar quanto as contratações realizadas através destas portarias.

Salientamos ainda que no exercício de 2013 não houve nenhum acordo coletivo, sendo celebrado apenas a partir do exercício de 2015.

7.1 – Exame de documentação de funcionários

Examinamos através de amostragem, as pastas de funcionários utilizando como base a folha de pagamento de competência dezembro de 2013, constando:

Antonio Carlos da Cruz (Admitido em 10/04/2013 e demitido em 01/07/2013)

- Não possui contrato de trabalho na pasta
- Não possui comprovantes de endereço
- Não possui declaração de IR família

Kevin Luiz Marques

- Não possui contrato de trabalho na pasta

Larissa Reichmann Lobo

- Não possui contrato de trabalho na pasta



7.2 – Equiparação salarial

Examinamos os cargos e salários em folha de pagamento do mês de dezembro de 2013, constatando as seguintes situações:

Cargo	Funcionário	Salário base	Admissão
Secretário Junior	Leandro Reguelin	2.505,73	01/08/2012
Secretário Junior	Kevin Luiz Marques	1.542,00	01/03/2013
Secretário Junior	Maurício Vilar de Souza Junior	1.927,49	01/03/2013
Secretário Junior	João Eduardo Dressler Carvalho	1.927,49	03/06/2013
Secretário Junior	Alessandro Bastos Lima	1.927,49	01/08/2013
Secretário Junior	Maria Helena Silva	1.927,49	01/08/2013
Secretário Junior	Rafaelle Renata Waszak	1.927,49	01/08/2013
Secretário Junior	Tiago Kovascki Borges Polippo	1.927,49	01/08/2013
Secretário Junior	Nilse Albuquerque	1.927,49	01/10/2013
Secretário Junior	Ana Paula Mocelin	1.927,49	15/10/2013
Secretário Junior	Ana Paula dos Santos	1.927,49	01/11/2013
Secretário Junior	Andressa Silva de Oliveira	1.927,49	01/12/2013

O funcionário Kevin Luiz Marques possui salário base menor que todos os demais nomeados no decorrer do exercício de 2013.

Cargo	Funcionário	Salário base	Admissão
Advogado	Augusto Vianna Ramos	4.172,00	01/11/2012
Advogado	Lucas Fernando da Rocha	3.090,33	01/07/2013

No caso do cargo advogado, Augusto Vianna Ramos recebe salário base maior que Lucas Fernando da Rocha, o que observamos é a diferença salarial de consideramos relevante neste caso para o mesmo cargo.

7.3 – Vale transporte e vale alimentação

A partir do mês de junho de 2013 começou a ser pago aos funcionários valores referentes a vale alimentação e transporte/combustível, através de decisão administrativa, não possui nenhuma portaria a respeito.

O auxílio alimentação foi estipulado no valor de 470,00, enquanto que os valores de auxílio transporte ou combustível era de R\$ 125,40, que se referia a duas passagens por dia em um total de 22 dias úteis no mês.

No período de janeiro a maio de 2013 não foram pagos estes benefícios, assim como em todo o exercício de 2012.

7.4 – Cartão ponto – jornada de trabalho

Constatamos que no exercício de 2013 não haviam cartões ponto para controle de jornada, sendo observado que na CLT é obrigatório a anotação de entrada e saída de seus funcionários na época. Conseqüentemente, no exercício de 2013, não foram efetuados pagamentos de horas extras e demais adicionais em folha de pagamento.

7.5 – PPRA e PCMSO

Solicitamos os programas PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional aos responsáveis, sendo informado que não foram elaborados na época.

Observamos que os programas são obrigatórios conforme normas regulamentares Nº 7 e 9, conforme portaria SSST nº 3.214/78 e modificações posteriores.

7.6 – Exames médicos admissionais

Conforme exame das pastas dos funcionários, podemos observar que os exames médicos admissionais foram realizados em datas posteriores a sua contratação, citando como exemplos:

Funcionários	Admissão	Exame Admissional
Alex Sandro Morais Monteiro	09/01/2013	Sem exame Admissional
Antonio Carlos da Cruz	10/04/2013	Sem exame Admissional
Luis Fernando da Rocha	01/07/2013	03/07/2013
Kevin Luiz Marques	01/03/2013	07/03/2013
Leonardo Souza de Oliveira	07/01/2013	Sem exame Admissional
Mauricio Vilar de Souza Junior	01/03/2013	08/03/2013
Camila Albuquerque Alves	19/02/2013	26/02/2013
João Eduardo Dressler Carvalho	03/06/2013	13/06/2013
Larissa Reichmann Lobo	03/06/2013	11/06/2013
Paula Andrea Meira	01/04/2013	19/04/2013
Pedro de Freitas Sampaio	10/04/2013	Sem exame Admissional

Os exames médicos admissionais devem ser realizados antes que o trabalhador assumira suas atividades.

7.7 – Férias coletivas

Nos exercícios de 2012 e 2013 o CAU PR concedeu férias coletivas aos funcionários no período de 23/12/2013 a 03/01/2014, e não foram somados aos períodos de férias os dias 25/12 e 01/01/2014.

Observamos ainda quanto aos empregados menores de 18 e maiores de 50 anos de idade, as férias serão concedidas sempre de uma única vez, conforme leis vigentes no exercício de 2013.



Em dezembro de 2013 os funcionários Antonio Carlos Domingues da Silva e Nilton Roberto Cerioli possuíam mais de 50 anos.

Salientamos também quanto aos funcionários contratados há menos de 12 meses e que tiraram férias coletivas, o período aquisitivo de férias não foi alterado, iniciando novo período na data de início das férias coletivas.

7.8 – Livro de inspeção do trabalho

Solicitamos o livro de inspeção do trabalho do CAU/PR, observando que o mesmo esta datado de 01 de janeiro de 2012, não possuindo nenhum registro de inspeção.

Salientamos que em relatório de auditoria da empresa Audilink Auditores & Consultores datado de 22 de março de 2013, foi apontado que o CAU/PR não possuía o livro de inspeção do trabalho.

7.9 – Funcionária Camila Ribeiro de Almeida

Constatamos que a funcionária foi admitida em 04/06/2012 para o cargo de secretária júnior com salário no valor de R\$ 3.654,00, sendo demitida no dia 16/01/2013 e readmitida no dia 21/01/2013 no cargo de analista administrativo com salário no valor de R\$ 2.343,38.

A prática de rescisão seguida de recontração é considerada fraudulenta, conforme art. 2º da Portaria Mtb 384/92, o que poderia ocorrer em penalizações ao conselho através de fiscalização.